

CASA CIVIL

Av. Brasil, nº 2971 - Compensa I
Cep. 69036-110 Manaus - Amazonas
Fone: (92) 3625-7507 / 3625-7466
E-mail: casa.civil@pmm.am.gov.br

MENSAGEM Nº 021 /2016

**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,**

Câmara Municipal de Manaus	
GAB. PRESIDENTE	
RECEBIDO	DATA: 23.06.16
	HORA: 13:16
	POR: <i>Reme</i>
	PROTOCOLO

Encaminho para apreciação de Vossas Excelências e à superior deliberação do Plenário desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei que “**DISPÕE sobre medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, e dá outras providências**”.

O referido Projeto está relacionado à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, e respectivos eventos-teste, neste município, elaborado com o objetivo de dar cumprimento aos compromissos prestados ao Comitê Olímpico Internacional (COI) quando da candidatura da Cidade do Rio de Janeiro para sediar esses eventos.

Com a realização do evento na Cidade, Manaus vai ter uma oportunidade única de fazer uma exposição global, além de divulgar a cultura e o turismo da cidade. O Município já se identifica como um pólo futebolístico, inserido na rota dos grandes campeonatos nacionais e mundiais, como o Campeonato Carioca de 2016 e a Copa do Mundo Fifa de 2014, com recordes de arrecadação de bilheteria. Neste último evento citado, tivemos um aumento significativo na receita que envolve o trade turístico na Cidade, conforme tabela abaixo:

Reme



**PREFEITURA DE
MANAUS**

Casa Civil

CASA CIVIL

Av. Brasil, nº 2971 - Compensa I
Cep. 69036-110 Manaus - Amazonas
Fone: (92) 3625-7507 / 3625-7466
E-mail: casa.civil@pmm.am.gov.br

Distribuição dos Turistas Domésticos por Gasto Total na Viagem

Gasto Total (R\$)	Turistas (%)
Até R\$ 1.000,00	15,81
Mais de R\$ 1.000,00 até R\$ 2.000,00	22,07
Mais de R\$ 2.000,00 até R\$ 3.000,00	26,54
Mais de R\$ 3.000,00	35,58
Gasto Total Médio	R\$ 2.141,00 (US\$ 963,45)

Fonte: PST Copa 2014

Distribuição dos Turistas Estrangeiros por Gasto Total na Viagem

Gasto Total (US\$)	Turistas (%)
Até US\$ 1.000,00	33,10
Mais de US\$ 1.000,00 até US\$ 2.000,00	33,27
Mais de US\$ 2.000,00 até US\$ 3.000,00	14,22
Mais de US\$ 3.000,00	19,41
Média	US\$ 1.602,00 (R\$ 3.573,24)

Fonte: PST Copa 2014

Por essas razões é que espero a necessária aprovação do Projeto de Lei anexo, após discussão e votação por esse augusto Poder.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos ilustres Senhores Vereadores expressões de distinguido apreço e elevada consideração.

Manaus, 23 de Junho de 2016.

MARCOS RICARDO HERSZON CAVALCANTI

Prefeito de Manaus, em exercício

PROJETO DE LEI Nº /2016

DISPÕE sobre medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, e dá outras providências.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta lei estabelece normas para a organização e a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 na Cidade de Manaus.

Art. 2º Para os fins desta Lei, serão observadas as seguintes definições:

I – Áreas de Interesse: Locais Oficiais, principais pontos turísticos, assim como qualquer outro local de interesse do Rio 2016 que venha a ser definido em regulamento próprio, e as suas imediações;

II – Comitê Olímpico Internacional – COI: organização não governamental, de duração ilimitada, na forma de associação sem fins lucrativos, que tem como missão promover o movimento olímpico;

III – Comitê Paralímpico Internacional – CPI: organização não governamental, de duração ilimitada, na forma de associação sem fins lucrativos, cujo objetivo é promover os desportos destinados à atletas com deficiência;

IV – Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 – Rio 2016: uma associação de direito privado sem fins lucrativos, que tem como missão promover, organizar e realizar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016;

V – Competições: partidas, jogos, disputas e demais acontecimentos desportivos oficiais dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, inclusive os chamados eventos teste;

VI – Emissoras: pessoas jurídicas licenciadas ou autorizadas pelas Entidades Organizadoras pertinentes ou por terceiro por elas indicados, a, entre outros, exibir, transmitir ou de qualquer modo disponibilizar, por qualquer meio de comunicação, o sinal ou o conteúdo audiovisual básico ou complementare dos

VII – Emissora Fonte: pessoa jurídica licenciada ou autorizada pelas Entidades Organizadoras pertinentes a produzir o sinal e o conteúdo audiovisual básico ou complementare dos Eventos Oficiais com o objetivo de distribuição no Brasil e no exterior para os detentores de direitos de mídia;

VIII – Eventos Oficiais: as Competições e todas as demais atividades relacionadas aos Jogos, oficialmente organizadas, chanceladas, patrocinadas ou apoiadas pelas Entidades Organizadoras pertinentes, dentre as quais:

a) cerimônias, premiações, sorteios, lançamentos de mascote, revezamento da tocha e outras atividades de lançamento;

b) congressos, seminários, reuniões, conferências, workshops e coletivas de imprensa;

c) atividades culturais, concertos, exposições, apresentações, espetáculos ou outras expressões culturais ou projetos beneficentes;

d) sessões de treino e eventos teste; e

e) outras atividades consideradas relevantes para a realização, organização, preparação, marketing, divulgação, promoção ou encerramento dos Jogos.

IX – Entidades Organizadoras: o COI, o CPI e o Rio 2016;

X – Entidades Desportivas Internacionais: os comitês, confederações, federações ou associações nacionais de origem estrangeira, oficialmente reconhecidos pelo COI ou CPI como participantes do Movimento Olímpico;

XI – Ingresso: documento ou produto emitido pelo Rio 2016 ou terceiros por ele autorizados, que representa uma licença para acesso a um ou mais Eventos Oficiais, inclusive pacotes de hospitalidade e similares;

XII – Jogos: Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, compreendendo todos os Eventos Oficiais;

XIII – Locais Oficiais: quaisquer locais, públicos ou privados, onde se realizarão os Eventos Oficiais, tais como parques e centros olímpicos, arenas, estádios, campos, instalações, centros de treinamento, centros de mídia, vilas de mídia e de atletas, centros de credenciamento, espaços contratados pelo Rio 2016 para fins de acomodação, áreas de estacionamento, áreas para a transmissão dos Eventos Oficiais, áreas designadas para atividades de lazer, locais de acesso

restrito aos portadores de ingresso e credencial emitidos pelas Entidades Organizadoras, e outros locais destinados aos Eventos Oficiais, localizados ou não na Cidade de Manaus;

XIV – Períodos de Competição: espaço de tempo compreendido entre 03 20 de agosto, além de período antecedente e subsequente a ser definido em regulamento;

XV – Representantes de Imprensa: pessoas naturais autorizadas pelas Entidades Organizadoras, que recebam credenciais oficiais de imprensa para os Eventos Oficiais; e

XVI – Símbolos Oficiais: todos os signos graficamente distintivos, bandeiras, lemas, emblemas e hinos utilizados pelas Entidades Organizadoras, tais como:

a) as denominações “Jogos Olímpicos”, “Jogos Paralímpicos”, “Jogos Olímpicos Rio 2016”, “Jogos Paralímpicos Rio 2016”, “XXXI Jogos Olímpicos”, “Rio 2016”, “Rio Olimpíadas”, “Rio Olimpíadas 2016”, “Rio Paralimpíadas”, “Rio Paralimpíadas 2016” e demais abreviações e variações e ainda aquelas igualmente relacionadas que, porventura, venham a ser criadas dentro dos mesmos objetivos, em qualquer idioma, inclusive aquelas de domínio eletrônico em sítios da internet;

b) o nome, o emblema, a bandeira, o hino, o lema, as marcas e outros símbolos das Entidades Organizadoras; e

c) as mascotes, as marcas, as tochas e outros símbolos relacionados aos Jogos.

CAPÍTULO II

DO USO DE BENS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Art. 3º O Poder Executivo poderá outorgar o uso privativo e gratuito ao Rio 2016, de bens pertencentes à administração municipal, direta ou indireta, que sejam reputados necessários à organização e à realização dos Jogos, podendo o Rio 2016, inclusive, explorá-los comercialmente pelo período da autorização.

§ 1º Os bens pertencentes à administração municipal, direta ou indireta, que sejam reputados necessários à organização e à realização dos Jogos deverão ser disponibilizados ao Rio 2016 livres de quaisquer marcas, publicidade,

propaganda, comunicação visual e nomes, comerciais ou não.

§ 2º Dentre os bens referidos no *caput* deste artigo está compreendido o mobiliário urbano municipal, cujo uso será outorgado de forma privativa e gratuita.

CAPÍTULO III

DO LICENCIAMENTO DE EVENTOS, ESTABELECIMENTOS E ATIVIDADES EM GERAL

Art. 4º Fica vedada a realização de grandes eventos abertos ao público no Período de Competição.

§ 1º Compreendem-se como grandes eventos, para fins desta Lei, as atividades desportivas, recreativas, culturais ou artísticas, de caráter excepcional, realizadas em áreas públicas ou privadas, com público não inferior a 5.000 (cinco mil) pessoas.

§ 2º Independente da estimativa de público a que alude o parágrafo anterior, não serão concedidas autorizações para realização de eventos que possam apresentar qualquer inconveniente ao planejamento, operação, logística, serviços, exploração comercial e publicitária ou segurança dos Jogos.

Art. 5º Fica dispensado o licenciamento de localização e funcionamento para as Competições, Eventos Oficiais e o funcionamento de estabelecimentos das Entidades Organizadoras e Entidades Desportivas Internacionais, concernentes diretamente à realização das Olimpíadas.

§ 1º O interessado deverá comunicar ao Poder Executivo o início de suas atividades com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias.

§ 2º A dispensa prevista no *caput*, deste artigo, não isenta o interessado de obter a necessária autorização do Corpo de Bombeiros para a realização do evento ou funcionamento do estabelecimento, nem de franquear às autoridades municipais o acesso às suas instalações, nos termos da legislação aplicável.

Art. 6º O licenciamento de funcionamento, nas Áreas de Interesse, de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços autorizados pelas Entidades Organizadoras será efetuado mediante requerimento único e gratuito, apresentado



PREFEITURA DE
MANAUS

Casa Civil

CASA CIVIL

Av. Brasil, nº 2971 - Compensa I
Cep. 69036-110 Manaus - Amazonas
Fone: (92) 3625-7507 / 3625-7466
E-mail: casa.civil@pmm.am.gov.br

por pessoa física ou jurídica, relativo a todos os locais de exercício da atividade, instruído com os seguintes documentos:

- I – CNPJ ou CPF, conforme cada caso;
- II – Certificado de Aprovação do Corpo de Bombeiros, para atividades que compreendam a cocção de alimentos e atividades de lazer e diversões em geral;
- III – Comprovante de inscrição na Secretaria de Estado de Fazenda, para atividades comerciais.

§ 1º A concessão de alvará de localização e funcionamento nas Áreas de Interesse do Município será efetivada por procedimento simplificado, mediante a autuação, para cada período pretendido, de um único processo administrativo em nome do interessado, o qual conterà, conforme cada caso, a relação completa dos locais de exercício da atividade no interior de uma ou mais Áreas de Interesse, admitindo-se a inclusão de todos os endereços no mesmo alvará.

§ 2º O alvará de localização e funcionamento outorgada pelo Município com fundamento no *caput*, deste artigo, terá prazo determinado, vigendo até término dos jogos olímpicos.

CAPÍTULO IV

DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Art. 7º Nos limites de sua responsabilidade, o Município de Manaus promoverá, em conjunto com o Estado do Amazonas e a União, a disponibilização, em favor do Rio 2016, sem qualquer custo, de serviços de sua competência relacionados a:

- I – segurança;
- II – transporte;
- III – saúde e serviços médicos;
- IV – coleta de lixo;
- V – demais serviços de sua competência.

Art. 8º A segurança nos Locais Oficiais, nas suas imediações e principais vias de acesso e as medidas de prevenção a acidentes ou incidentes de segurança de qualquer tipo, será realizada, sem custos para o Rio 2016, pelos poderes

públicos competentes, não sendo aplicáveis aos Jogos quaisquer normas municipais que disponham em sentido diverso, inclusive as que exijam a contratação de seguros de quaisquer espécies.

Art. 9º Compete ao Município de Manaus, nos limites de sua competência:

I – organizar, dirigir e fiscalizar o tráfego de veículos em seu território e exercer o respectivo poder de polícia, diretamente ou em convênio com o Estado do Amazonas ou União, durante a realização dos Jogos;

II – dispor sobre o transporte urbano, determinar itinerário e os pontos de parada obrigatória de veículos de transporte coletivo e os pontos de estacionamento de táxis e demais veículos, fixar planilhas horários e itinerários nos pontos terminais de linhas de ônibus, objetivando a integração de suas atividades durante a realização dos Jogos;

III – sinalizar as vias públicas e definir as zonas de tráfego em condições especiais, notadamente, no sentido de orientar a circulação de veículos e pedestres nas proximidades das instalações destinadas à realização dos Jogos;

IV – implantar a operação da rede de faixas exclusivas, na qual circularão os veículos credenciados que integrarão a frota dos Jogos;

V – garantir aos portadores de credencial ou ingresso emitido pelo Rio 2016 o acesso gratuito a todos os meios da rede municipal de transporte público.

Parágrafo único. O direito de acesso gratuito aos portadores de ingresso se limitará às datas previstas nos respectivos ingressos.

Art. 10. O Poder Executivo, em conjunto com autoridades federais e estaduais, apontará um hospital de referência para atendimento a todos os portadores de identidade olímpica ou credencial emitida pelo Rio 2016, em conformidade com os requerimentos do Rio 2016.

Art. 11. A prestação de serviços de coleta de lixo referida no inciso IV do artigo 7º, desta Lei, compreenderá:

I – a disponibilização de pessoal e equipamentos suficientes para a realização dos serviços tanto na cidade quanto no entorno dos Locais Oficiais;

II – a implementação e administração do serviço de limpeza com a coleta seletiva reciclagem e processamento do lixo coletado.

Art. 12. Compete ao Município de Manaus, no âmbito de suas atribuições, a adoção e a execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, evitando ou removendo quaisquer óbices ao acesso de pessoas portadoras de deficiência a edifícios, a logradouros e a meios de transporte.

CAPÍTULO V

DAS ATIVIDADES PUBLICITÁRIAS E ÁREAS DE INTERESSE

Art. 13. No Período de Competição, e em período antecedente e subsequente a serem definidos em regulamento próprio, ficam o Rio 2016 e as pessoas por ele indicadas autorizados a, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nas Áreas de Interesse, suas principais vias de acesso, em locais claramente visíveis a partir daquelas e no espaço aéreo correspondente.

§ 1º A exclusividade referida no *caput* inclui a proibição ao marketing de emboscada, por intrusão, assim denominada a exposição de marcas, negócios, estabelecimentos, produtos, serviços ou qualquer atividade promocional ou publicitária em logradouro público ou que se exponha ao público, atraindo de qualquer forma a atenção pública, sem a aquiescência das Entidades Organizadoras, tais como:

I – atividades de publicidade, inclusive por meio de outdoors, mobiliário urbano, banners, faixas, cartazes, placas, bandeiras, balões de festa, bexigas e similares, da oferta de provas de comida ou bebida, distribuição de produtos de marca, panfletos ou outros materiais promocionais ou ainda atividades similares de cunho publicitário;

II – publicidade ostensiva em fantasias, peças do vestuário ou em veículos automotores, estacionados ou circulando;

III – publicidade aérea ou náutica, inclusive por meio do uso de balões, aeronaves ou embarcações;

§ 2º Excluem-se da proibição do parágrafo anterior os anúncios indicativos, assim denominados aqueles que visam apenas a identificar, no próprio local da atividade, os estabelecimentos e/ou profissionais que dele fazem uso.

§ 3º Os limites da exclusividade nas áreas adjacentes aos Locais Oficiais serão tempestivamente estabelecidos pela autoridade competente, considerados os requerimentos do Rio 2016 e atendidos os requisitos desta Lei.

Art. 14. No Período da Competição, e em período antecedente e subsequente a serem definidos em regulamento próprio, ficará suspensa a veiculação de publicidade e propaganda por terceiros em quaisquer veículos ou instalações de concessionários, permissionários ou autorizatários de serviços de transporte municipais.

§ 1º Para os fins deste artigo, consideram-se terceiros todos aqueles não compreendidos na definição de Entidades Organizadoras ou por elas não autorizados.

§ 2º A suspensão mencionada no *caput* será implementada pelo Poder Executivo após requerimento por escrito do Rio 2016, devidamente fundamentado e com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, a quem será facultada a opção de exclusividade na utilização dos referidos espaços publicitários, a preços equivalentes àqueles praticados em 2008, corrigidos monetariamente, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - ou outro índice que venha a substituí-lo.

§ 3º A prerrogativa de utilização dos espaços publicitários poderá ser transferida a quaisquer pessoas autorizadas pelo Rio 2016.

Art. 15. Para os fins dos artigos 13 e 14, desta Lei, o Poder Público fica autorizado a suspender os contratos, acordos ou atos administrativos, existentes ou que vierem a existir, relativos a atividades de publicidade, propaganda, comércio de rua e quaisquer outras sujeitas ao licenciamento municipal.

Art. 16. As autoridades municipais, no âmbito de sua competência, combaterão qualquer ilícito ou tentativa de violação ao disposto nos artigos 13 e 14 desta Lei, ou em outras normas de proteção à propriedade intelectual das Entidades

Parágrafo único. As autoridades competentes do Município ficam autorizadas, no exercício do poder de polícia, a confiscar materiais relacionados às condutas ilícitas e aplicar multas administrativas, sem prejuízo de outras medidas já previstas, incluindo aquelas necessárias para suspender imediatamente a atividade ilícita.

Art. 17. O Poder Executivo regulamentará as restrições temporárias ao exercício das atividades de terceiros nas Áreas de Interesse, suas principais vias de acesso, em locais claramente visíveis a partir daquelas e no espaço aéreo correspondente, para dar efetividade ao previsto nos artigos 7º, 8º, 13 e 14.

Parágrafo único. O ato de restrição de que trata este artigo:

I – poderá ser total ou parcial, sendo que, neste último caso, não permitirá a realização de atividades nas Áreas de Interesse que não sejam estritamente conduzidas de forma consistente com práticas passadas;

II – será previamente comunicado ao interessado;

III – terá duração máxima correspondente a de até 24 horas antes a até 10 horas após cada um dos Eventos Oficiais; e

IV – atenderá aos princípios gerais do respeito à atividade econômica e aos princípios aplicáveis à Administração Pública, em especial, os princípios da legalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade.

CAPÍTULO VI

DA VENDA DE INGRESSOS E DA SUSPENSÃO DAS GRATUIDADES E DE DESCONTOS

Art. 18. Não se aplicam aos Jogos, quaisquer normas municipais que disponham sobre produção, distribuição, comercialização e forma de pagamento de ingressos, bem como as informações que neles devam constar e as medidas de segurança para fins de combate à falsificação.

Art. 19. Nenhuma norma municipal que conceda gratuidade, redução de preço, meia-entrada ou qualquer outra forma de subvenção a consumidores será

aplicável sobre os preços dos Ingressos. A venda dos ingressos dos Jogos será realizada de acordo com o disposto nos arts. 24 a 27 da Lei Federal nº 13.284, de 10 de maio de 2016, bem como a regulamentação desta, não se aplicando, neste caso, normas municipais que disponham em sentido diverso.

§ 1º Inclui-se no disposto no *caput*, deste artigo, qualquer norma municipal que disponha sobre a reserva de quantidade absoluta ou percentual de ingressos para quaisquer categorias de pessoas, seja para distribuição gratuita, venda preferencial ou a preço reduzido.

§ 2º A definição dos preços dos Ingressos será atribuição exclusiva do Rio 2016, a quem competirá, a seu exclusivo critério, decidir acerca do estabelecimento ou não de preços diferenciados por categoria de consumidores, tais como crianças, idosos e portadores de deficiências.

Art. 20. O Rio 2016 deverá disponibilizar assentos em locais de boa visibilidade e com instalações adequadas e específicas cumprindo a proporção de no mínimo 1% (um por cento) de assentos para pessoas com deficiência e de 1% (um por cento) para assentos de pessoas com mobilidade reduzida e, em ambos os casos, estará, ainda, garantido o assento para acompanhante.

CAPÍTULO VII

DO CONSUMO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS, BEBIDAS E PRODUTOS NOS LOCAIS EM QUE SERÃO REALIZADOS EVENTOS OFICIAIS

Art. 21. Não se aplicam aos Eventos Oficiais quaisquer normas municipais que disponham sobre a divulgação de marcas, distribuição, venda, publicidade ou propaganda de produtos e serviços, ou comércio de alimentos e bebidas, inclusive as que restrinjam o consumo de bebidas alcoólicas no interior das instalações desportivas, salvo as proibições destinadas a pessoas menores de dezoito anos.

Art. 22. Fica o Poder Executivo autorizado a regular restrições temporárias ao exercício de atividades econômicas e comerciais nos locais nos quais serão realizados Eventos Oficiais, observada a zona de restrição referida no §1º do artigo 4º, desta Lei.

§ 1º O ato de restrição de que se trata este artigo:

I – poderá ser total ou parcial;

II – será previamente comunicado ao interessado;

III – terá duração máxima correspondente a cada um dos eventos oficiais;

IV – atenderá os princípios gerais da atividade econômica e aos princípios aplicáveis à Administração Pública, em especial, os princípios da legalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade.

§ 2º É assegurada a continuidade das atividades comerciais dos estabelecimentos já existentes e regularmente instaladas em áreas compreendidas pelas zonas de restrição de que trata o §1º do artigo 4º, desta Lei, desde que tais atividades sejam conduzidas de forma consistente com práticas passadas.

CAPÍTULO VIII

DO CONTROLE DE ENTRADA E DA PERMANÊNCIA NOS LOCAIS OFICIAIS

Art. 23. O acesso, entrada e permanência nos Locais Oficiais durante o Período de Competição serão restritos às pessoas autorizadas pelo Rio 2016.

Parágrafo único. Não se aplicam aos Eventos quaisquer normas municipais que disponham sobre o controle de acesso, entrada e permanência nos Locais Oficiais, inclusive aquelas que disponham sobre acesso preferencial e outras condições atribuíveis a grupos especiais de pessoas.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

Art. 24. Fica assegurada a inclusão nos planos plurianuais futuros, nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias Anuais, nos exercícios financeiros de 2015 e 2016 inclusive, de dotações suficientes a viabilizar, financeiramente, os projetos imprescindíveis à organização e à realização dos Eventos Oficiais, e que tenham sido aceitos pelo Município de Manaus como de sua responsabilidade.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 25. Compromete-se o Município de Manaus a reorganizar, se necessário, o horário de funcionamento de atividades econômicas e repartições públicas durante o Período de Competição.

Art. 26. O Poder Executivo poderá decretar feriados nos dias em que ocorrerem eventos em seu território.

Art. 27. O Poder Executivo adotará normas complementares que se façam necessárias à realização dos Jogos, inclusive no que se refere:

- I** – aos serviços públicos de competência municipal;
- II** – à adoção de ações afirmativas para garantir a reprodução da diversidade étnica brasileira na admissão de trabalhadores temporários para as atividades relacionadas aos Jogos;
- III** – a adoção de medidas de incentivo à contratação temporária de pessoas portadoras de deficiência.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação e vigorará até o dia 31 de dezembro de 2016.

DESPACHO

À Diretoria Legislativa para análise e providências cabíveis.

MAURÍCIO WILKER DE AZEVEDO BARRETO
PRESIDENTE DA CMM

Documento 2016.10000.10001.9.02980

Data 23/06/2016

TRAMITAÇÃO
Documento Nº 2016.10000.10001.9.02980

Origem_____

Unidade	PRESIDÊNCIA
Enviado por	MARCELLO AUGUSTO LOBO COELHO
Data	29/06/2016

Destino_____

Unidade	DIRETORIA LEGISLATIVA
Aos cuidados de	EVELINA SANTANA DA CAMARA

Despacho_____

Motivo	ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
Despacho	À DIRETORIA LEGISLATIVA PARA ANÁLISE E PROVIDENCIAS.